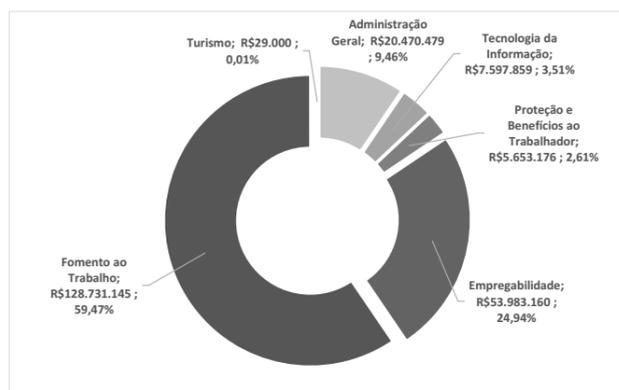




Gráfico 8 – Despesas por Subfunção em Trabalho

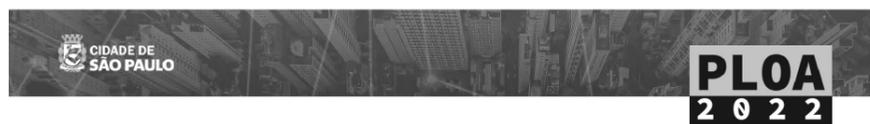


## TRANSPORTE

A mobilidade urbana, a qualidade do transporte coletivo e a facilidade no trânsito (distância, tempo e custo) de pessoas, bens e serviços, bem como a relação das pessoas quanto à utilização e à ocupação dos espaços, têm impacto direto com a qualidade de vida e desempenham relevante função social. Criada em 1967 pela Lei 7.065 de 30 de outubro, a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito é responsável por formular, propor, gerir e avaliar políticas públicas para o desenvolvimento da mobilidade urbana, estudar, planejar, gerir, integrar, fiscalizar e controlar os transportes individuais e coletivos do Município, além de executar os serviços de trânsito da competência do Município.

O Programa de Metas 2021-2024 traz uma série de objetivos com foco na melhoria do trânsito e da sua segurança (Metas 39, 41 e 43), além da implantação de novos corredores e terminais e melhoria dos ônibus (Metas 45-50), destacando problemas centrais relativos à mobilidade. Com um sistema de transporte complexo e interligado e a constante expansão do sistema cicloviário, para o qual estão previstos R\$ 37,9 milhões (ações orçamentárias 1097 e 1098), em 2022 também serão empreendidos esforços para a ampliação da capacidade de

23

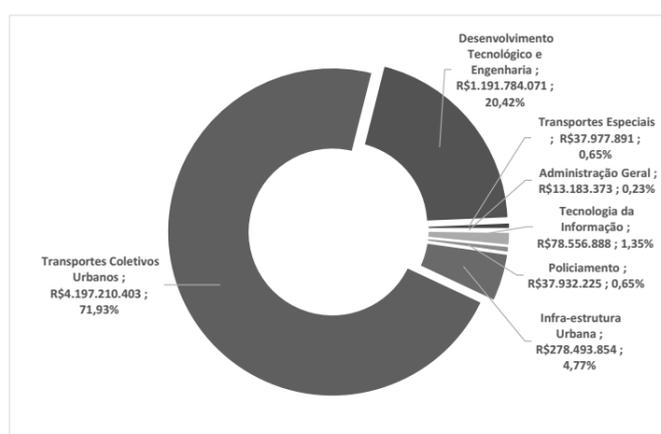


operação do transporte coletivo na região leste da Cidade, por meio dos investimentos no BRT – Aricanduva, sistema de transporte rápido que conta com a previsão de R\$ 115,95 milhões em recursos (ações 1094, 3758, 3759, 3760, 3762, 3763, 3764 e 3765).

Com grande impacto no orçamento municipal, frente às políticas públicas de gratuidades instituídas no Município para redução de desigualdades e ampliação de acessos a espaços e serviços públicos, as compensações tarifárias do sistema de ônibus (ação orçamentária 4701) contarão com cerca de R\$ 2,5 bilhões para o exercício de 2022, considerando-se ainda uma economia gerada por meio de melhorias do modelo utilizado atualmente.

Já no que se refere à manutenção da qualidade e à eficiência nas ações de operação do trânsito 24 horas por dia, segurança viária, implantação e manutenção da sinalização de trânsito, educação e treinamento de trânsito, entre outros, estão previstos R\$ 891,7 milhões para serviços de Engenharia de Tráfego (ação orçamentária 4702).

Gráfico 9 – Despesas por Subfunção no Transporte



24



## PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em cumprimento às prerrogativas constitucionais instituídas no artigo 165 da Constituição Federal, às exigências da Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelecidas em seu artigo 143, e o §1º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria do Governo Municipal e da Secretaria Municipal da Fazenda, organizou audiências públicas regionalizadas para a construção da proposta orçamentária, buscando a aplicação da gestão democrática no Município com base na participação da sociedade civil.

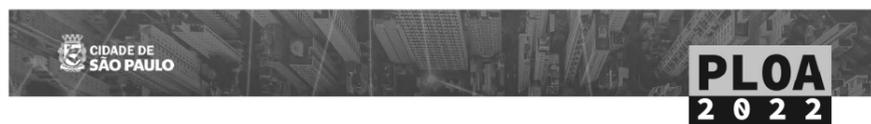
Com o objetivo de ampliar o processo de participação social na elaboração da proposta orçamentária, o processo de realização das audiências públicas também foi acompanhado pela realização de consulta pública eletrônica, denominada Orçamento Cidadão, que incluiu o trabalho técnico de coleta de propostas de municípios, de forma ordenada e transparente, a fim de consolidar as demandas de todas as regiões do Município de São Paulo.

A fim de dar mais transparência ao processo e de promover maior efetividade às proposições apresentadas pela população, o processo de realização de audiências públicas orçamentárias, já incorporadas ao calendário anual da Secretaria da Fazenda e das Subprefeituras municipais, sofreram uma reformulação significativa em 2020, com a edição do Decreto nº 59.574/2020. Ademais, por conta da pandemia de COVID-19, os encontros presenciais foram substituídos por etapas virtuais que ampliaram o número de participantes do processo como um todo, se comparado aos eventos dos anos anteriores. Em 2021, o processo seguiu a mesma metodologia adotada em 2020, com respaldo no mesmo Decreto nº 59.574/2020 e na Portaria SF nº 73/2021.

Como exemplos de avanços alcançados com a remodelação do processo participativo destacam-se a transparência de todas as etapas do processo, pois todas as propostas recebidas foram publicadas, a ampliação das instâncias de participação da sociedade civil, com participação direta dos cidadãos, grande integração do Conselho Participativo Municipal ao processo e o uso de uma plataforma online voltada à participação popular (Portal Participe Mais), e a maior efetividade na apreciação das propostas apresentadas.

Em vez de uma única etapa de Audiências Públicas presenciais, o Orçamento Cidadão ocorre em boa parte do ano de 2021. Teve início em abril, quando foram realizadas Audiências

25



Públicas virtuais (em conjunto com as discussões do Programa de Metas e do PPA) e recebidas as propostas de municípios para priorização da alocação orçamentária no ano de 2022. Qualquer cidadão pode enviar quantas propostas quiser, para qualquer uma das 32 Subprefeituras. Foram recebidas 3.130 propostas, com destaque para temas relacionados à Zedadoria Urbana (13,77%), Segurança Alimentar (13,10%), Saúde (12,91%) e Transportes/Mobilidade (10,16%).

Na etapa seguinte, durante os meses de maio e junho, as propostas recebidas foram priorizadas pelos Conselhos Participativos Municipais, que debateram e escolheram, dentre as recebidas na etapa anterior, até 15 propostas prioritárias por Subprefeitura. As 480 propostas priorizadas (sendo 15 para cada uma das 32 Subprefeituras) foram encaminhadas à próxima etapa, de votação popular.

Assim, no período de 25 de junho a 18 de julho, as propostas sugeridas pela população e selecionadas pelos Conselhos Participativos foram submetidas à apreciação popular, pelo voto direto por meio do Portal Participe Mais, sendo que cada munícipe participante poderia escolher até 5 propostas diferentes, de qualquer Subprefeitura da cidade. Ao todo, foram eleitas 5 propostas para cada uma das 32 Subprefeituras municipais, além de 2 propostas que ficaram empatadas em número de votos, totalizando 162 propostas eleitas. Em julho, elas foram encaminhadas às Secretarias Municipais responsáveis por cada tema, para que fizessem uma análise de viabilidade baseada em critérios técnicos, jurídicos e orçamentários.

Tal metodologia foi concebida para que, após a seleção pelo voto direto dos munícipes, as Secretarias tivessem condição de fazer uma análise mais aprofundada e efetiva de todas as propostas encaminhadas. Ao final, das 162 propostas que foram submetidas à análise de viabilidade, foi possível conceber a implementação (total ou parcial) de mais da metade delas (84), das mais diversas áreas de atuação. Ao final da análise, as propostas consideradas viáveis foram incluídas na proposta orçamentária. Todas as análises de viabilidade são apresentadas no Volume VIII deste Projeto de Lei Orçamentária Anual, com as manifestações que justificam a conclusão de cada órgão pela viabilidade ou inviabilidade de cada uma. Porém, sem prejuízo de todo esse processo, a relação completa com as 3.130 propostas recebidas também foi encaminhada a cada órgão para que ele também fizesse considerações sobre elas e, sempre que possível, incorporasse-as à sua proposta orçamentária – muito embora sem a análise completa a que foram submetidas as propostas eleitas.

Em sequência, a Secretaria da Fazenda torna público todo o material no Portal Participe Mais, que também permite o acompanhamento da implementação das propostas consideradas

26

